

## Projeto de Resolução n.º 417/XVI/1.<sup>a</sup>

Pela preservação do arvoredado e dos muros de granito junto ao Rio Tâmega e em redor do Mosteiro S. Gonçalo, em Amarante

### Exposição de Motivos

A zona da Alameda Teixeira de Pascoaes em Amarante confere à antiga cidade um sentido cenográfico de rara beleza, uma vez que forma um conjunto harmónico, com a Ponte de S. Gonçalo, o Largo do Mosteiro, o lugar do mercado e a sua envolvente ao Tâmega, com as árvores centenárias que partem do rio e abraçam os muros de granito em redor do Mosteiro S. Gonçalo.

Esta zona centenária no coração da cidade e que dá ao povo amarantino um sentido de pertença comum está actualmente em risco dado que a Câmara Municipal de Amarante aprovou um projecto reabilitação do Mercado Municipal e da Alameda Teixeira de Pascoaes, que a concretizar-se levará a uma completa descaracterização deste ex-líbris da cidade já que trará a destruição destes muros e das árvores que enquadram a Ponte de S. Gonçalo. Esta alteração afectará radicalmente a imagem e a arquitectura na envolvente do Mosteiro, classificado como Monumento Nacional desde 1910.

A destruição deste património insubstituível da cidade não só põe em causa a identidade, história e referências da cidade de Amarante, como também põe em causa vitalidade social, económica, turística e social desta zona da cidade.

O abate das árvores centenárias surge ainda em contraciclo com os desafios trazidos pela necessidade de mitigação e adaptação às alterações climáticas, uma vez que falamos de uma zona que no Verão é duramente fustigada por temperaturas elevadíssimas que já chegaram aos 47.º C.

A previsão da construção de uma escadaria em mármore no lugar onde hoje se encontram os muros de granito apresenta-se, também, como perigosa já que, devido à entrada em funcionamento da Barragem de Daivões esta é uma zona de inundação e tal não foi considerado pelo parecer favorável emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente – que foi feito antes da entrada em funcionamento da referida infra-estrutura

e levando em consideração um parecer favorável da Administração Regional de Recursos Hídricos emitido em 03 de Setembro de 2001.

Todos estes fatores têm levado à contestação do projecto por parte da população de Amarante, havendo inclusivamente uma petição pública em curso dirigida à Câmara Municipal de Amarante e à Assembleia da República que pretende assegurar a preservação dos muros e das árvores em redor do Mosteiro S. Gonçalo e o cancelamento da obra de reabilitação do Mercado Municipal e da Alameda Teixeira de Pascoaes.

Com a presente iniciativa, o PAN pretende que o Governo, em articulação com o município de Amarante, tome as diligências necessárias a assegurar a preservação do arvoredo e dos muros de granito junto ao Rio Tâmega e em redor do Mosteiro S. Gonçalo, e a assegurar uma nova avaliação ao projecto de reabilitação do Mercado Municipal e da Alameda Teixeira de Pascoaes por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e em termos que levem em consideração os impactos e riscos associados à entrada em funcionamento da Barragem de Daivões.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República adopte a seguinte Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que, em articulação com o município de Amarante, tome as diligências necessárias:

- I. A assegurar a preservação do arvoredo e dos muros de granito junto ao Rio Tâmega e em redor do Mosteiro S. Gonçalo, em Amarante; e
- II. A assegurar uma nova avaliação ao projecto de reabilitação do Mercado Municipal e da Alameda Teixeira de Pascoaes por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e em termos que levem em consideração os impactos e riscos associados à entrada em funcionamento da Barragem de Daivões.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 18 de Outubro de 2024

A Deputada,

Inês de Sousa Real